



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESAS:

CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME – Processo nº 010065/2022 (RECURSO).

C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI – Processo nº 010237/2022 (CONTRARRAZÃO).

Processo Licitatório: 07792/2022

Referente à:

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022

DATA DA ABERTURA: 13 de dezembro de 2022

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 10 CASAS POPULARES NO BAIRRO MORELLI, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento - Casas Populares Morelli, II - Memória de Cálculo - Casas Populares Morelli, III – Cronograma - Casas Populares Morelli, IV – BDI - Casas Populares Morelli, V - Caderno de Encargos - Casas populares Morelli, VI – Casas Populares - Situação, VII – Casas Populares Arquitetura 1, VIII - Casas Populares Arquitetura 2, IX - ART, X – Contrato, XI - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XII - Declaração de Idôneo, XIII - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XIV – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições e Anexo XV – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 22/11/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 23/11/2022, Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**, em 16 de dezembro de 2022. O contrarrecurso pela empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI**, também tempestivo, em 22 de dezembro de 2022.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 109, I, da Lei nº 8.666/1993.

DO INICIAL:

A Presidente e Comissão de Licitação deste Município, instituída pela Portaria nº 03/2022, referente a Tomada de Preços nº 012/2022, julga e responde o recurso interposto pelo empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**, insatisfeita com a decisão de inabilitação por não ter apresentado junto ao seu balanço patrimonial sua situação econômica financeira aos moldes do item 4.1.1.1.13.4.4 do edital.

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **RÉGIS SILVEIRA DA SILVA**, **EVERTON FERREIRA MACHADO**, **JOSIMARA ROCHA BARROS RIBEIRO**, **ANA PAULA MAGRANI DA CUNHA**, a Diretora Técnica da SOPUT (Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes), Sra. **BRENDA MAGRANI DA CUNHA**, e a Srª **PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**, Contadora, o Sr. **ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES**, Diretor do Departamento Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão. Compareceram ao certame as empresas: **C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI**, **R.L.S ARAUJO SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI EPP**, **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**, **K&R MARTINELLI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** e **MR SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÕES LTDA ME**.

Em breve síntese, esta Comissão informa que, após análise da documentação, a empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME** foi declarada inabilitada pela Comissão de Licitação por não apresentar a situação econômica financeira da empresa conforme item 4.1.1.1.13.4.4, Com isso, a empresa manifestou o interesse em interpor recurso, que foi acatado pela Senhora Presidente, sendo informado o prazo, bem como, que o processo se encontrará em posse da Divisão de Licitação, aguardando o recurso e com vistas franqueado aos interessados.

DO RECURSO APRESENTADO:

- Da empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**:

Em síntese, o recurso apresentado pela empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**, informa que: “a Recorrente foi declarada previamente inabilitada por não ter apresentado junto ao seu balanço patrimonial a sua situação econômica financeira aos moldes do item 4.1.1.1.13.4.4. do edital, o que caracteriza-se como falha em sua regularidade fiscal.

A Recorrente baseia-se o recurso informando que encontra-se enquadrada como microempresa fazendo com que possua, de acordo com os moldes do Artigo 4º § 1º do Decreto 8.538 de 2015, bem como o Artigo 43 § 1º da Lei Complementar 123 de 2006, o direito de proceder com a regularização de sua documentação no prazo de 05 dias úteis. Informa que, conforme estabelece o *caput* do Artigo 4º § 1º do Decreto 8.538/2015, a comprovação da regularidade fiscal da microempresa, a qual engloba o referido comprovante da situação econômico-financeira, somente poderia ser exigido quando do efeito da contratação e não na análise da condição de participação da licitação. Continua a empresa informando que de acordo com o § 3º do Artigo 43 da Lei 8.666/93 é facultada a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior promover diligências a esclarecer

ou instruir o processo, sendo vedado a inclusão posterior de documentos. De acordo com recurso apresentado, a empresa não deixou de apresentar o respectivo documento, mas o apresentou em mera desconformidade com o solicitado no Edital, visto que ao apresentar seu balanço patrimonial deixou de indicar as diretrizes do índice de endividamento, o que, segundo a empresa, se caracteriza como simples falha/omissão material do documento e que, não há qualquer fornecimento de novo documento ou informação, mas sim regularização do documento já fornecido quando da habilitação, o que por si só preenche as determinações legais dos referidos artigos Artigo 4º § 1º do Decreto 8.538 de 2015 e 43 § 3º da Lei nº 8.666 de 1993. Informa por fim que o próprio TCU, no Acórdão nº 1.758/2003-Plenário, entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, configurando, segundo a Corte de Contas, celeridade e otimização do Certame.

Pelo exposto, **REQUER** a recorrente:

- 1) Seja o presente Recurso Administrativo recebido, sendo concedido a Recorrente, aos moldes do Artigo 4º § 1º do Decreto 8.538 de 2015 e do Artigo 43 § 1º da Lei Complementar 123 de 2006, o direito de regularizar a sua documentação, o que consiste no fornecimento do Balanço Patrimonial retificado constando a sua situação econômico-financeira;
- 2) Após recebido o presente Recurso e concedido o direito de regularização seja reconsiderada a decisão de inabilitação da Recorrente, sendo a mesma declarada habilitada a participar do referido certame 012/2022, sendo recebido o envelope de Proposta de Preço da Recorrente.

DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA:

- Da empresa *C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI* ao recurso interposto pela empresa *CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME*.

Em contra partida, a empresa *C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIREL* apresenta suas contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa *CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME*, informando que o recurso apresentado não merece prosperar, conforme expõe abaixo:

A legislação invocada de fato concede tratamento diferenciado as microempresas e as de pequeno porte. Todavia aquele dispositivo diz respeito a comprovação quanto a REGULARIDADE FISCAL das empresas nela enquadrada, tão somente, conforme Artigo 4º, § 1º e o determina a Lei Complementar 123/2006 em art. 43, invocado pela Recorrente em seu recurso. Segundo a empresa, a desclassificação da Recorrente foi determinada com base em dispositivo que não diz respeito a “regularidade fiscal”, como tenta fazer a Comissão acreditar, mas em relação a ausência de comprovação de outro item. Transcreve em seu recurso o item 4.1.1.1.13.4.4 do Edital, que desatendido pela Recorrente, culminou com sua desclassificação. Evidente que a Recorrente está a confundir duas situações completamente distintas, visto que o item do edital acima mencionado (4.1.1.1.13.4.4), diz respeito a análise da situação econômica financeira dos licitantes, e não guarda relação com a comprovação de regularidade fiscal a que se refere o dispositivo legal invocado em favor das microempresas constantes na legislação federal. Continua em seu contrarrecurso informando que verificação e análise econômica de uma empresa consiste, basicamente, no estudo sobre sua capacidade em cumprir seu objetivo financeiro, demonstrando sua capacidade em assumir os compromissos decorrentes do contrato a ser firmado quando adjudicado o bem licitado. Os índices econômicos indicados na Lei 8.666/93, notadamente no artigo 31, § § 1º e 5º, destinam- se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer

responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação, tornando a exigência dos índices de vital importância e relevância, se avaliada sob a luz da capacidade econômico-financeira da empresa de suportar eventuais atrasos no pagamento. Cita o Artigo nº 31, § 1º, da Lei nº 8.666/93 referente a qualificação econômico-financeira. Destaca a empresa, que a Comissão informa que a Recorrente NÃO APRESENTOU a comprovação exigida na forma do edital. Logo, não se trata de apresentação em desacordo com o edital, mas, ausência de documento exigido pelo item do edital, não podendo a Recorrente se socorrer da prerrogativa faculta a COMISSÃO DE LICITAÇÃO (e não ao licitante) quanto a diligência destinada a esclarecer dúvidas. Continua a empresa informando que ao pretender apresentar o documento correto através do recurso, tal possibilidade se transforma em uma concessão que extrapola as regras do edital, criando um privilégio a recorrente, tornando desigual o certame, o que é vedado pelos princípios que regem a administração pública. Cita a data de autenticação do balanço patrimonial apresentado no recurso da Recorrente, dia 16/12/2022, sendo certo que a licitação foi em 13/12/2022, sugerindo que no dia da licitação a Recorrente não possuía aquele documento.

Isto posto, serve o presente para IMPUGNAR o recurso apresentado pelas razões acima, para que seja mantida a decisão adotada pela Comissão de Licitações, mantendo-se a inabilitação a licitante CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUCOES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA – ME pelos fundamentos acima expostos.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, foi debatido com a Contabilidade sobre o assunto em tela, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela falta de documento referente ao item 4.1.1.1.12, balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentado.

Cabe informar, conforme consta em Ata de Sessão Pública no processo licitatório, que: as empresas *R.L.S ARAUJO SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI EPP* e *MR SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÕES LTDA ME* declinaram do direito de interpor recurso. A empresa *K&R MARTINELLI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA* solicitou manifestação de recurso, porém, não protocolou e tão pouco enviou por e-mail o mesmo. A empresa *C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI* protocolou suas contrarrazões tempestivamente através do processo nº 010237/2022.

Cabe informar, também, somente para efeito de esclarecimento, que a licitação em tela refere-se a Tomada de Preços, e não Edital de Pregão, conforme informado no segundo parágrafo do recurso apresentado as folhas 03, apesar desta Comissão entender que se trata de erro de digitação.

Cabe informar, ainda, que o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, entretanto, no âmbito da administração pública federal.

Os artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 tratam da fase de habilitação, que é o momento em que os licitantes comprovam que atendem aos requisitos estabelecidos pela Administração para participar do certame licitatório. O Artigo 28 refere-se documentação relativa à habilitação jurídica. O Artigo 29 a documentação de regularidade fiscal e trabalhista. O Artigo 30 de documentação relativa à qualificação técnica. E o Artigo 31 refere-se a documentação relativa à qualificação econômico-financeira. O parágrafo 1º do artigo diz:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Com efeito, conforme demonstrado no entendimento da Cartilha do TCU - Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, que diz:

Abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei no 8.666/1993, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei.

Acórdão 1731/2008 Plenário (página 337).

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O artigo 43 diz:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

O item 4.1.1.1.13.4.4 do edital diz:

A situação econômico-financeira das empresas licitantes será **apresentada** pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Solvência (SG) e Endividamento (IE), os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), exceto o índice de endividamento, que deverá ser – 1 (menos um), após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis (...).

O Artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 diz:

Art. 43. A licitação será **processada e julgada** com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência** destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

Diz a Cartilha do TCU - Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU:

Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, conforme determina a Lei no 123/2006, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de

pequeno porte, que objetive a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica, devidamente previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente. (Página 21)

Os privilégios concedidos as microempresas e empresas de pequeno porte por força dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar no 123/2006 independem da existência de previsão editalícia, sendo de observância obrigatória pela Administração, quando se deparar com situação fática que se subsume aos comandos normativos em destaque.

Acórdão 2505/2009 Plenário (Sumário), página 468.

Diante do exposto, a falta do documento solicitado no item 4.1.1.1.13.4.4 do edital não pode ser considerado como “falha normal, omissão material ou obscuridade junto a documentação de habilitação do Licitante”. É dever da Comissão realizar diligência em qualquer fase de licitação, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, entretanto, a inclusão de documento não apresentado no momento correto, é vedado por Lei, conforme Art. 43 § 3º da Lei nº 8.666/93.

Nesse Contexto, esta Comissão entende que de acordo com os Artigos 27 a 31, especialmente o artigo nº 31 da Lei nº 8.666/93, que refere-se qualificação econômico-financeira, neste caso, balanço patrimonial, em consonância com o artigo 43 da Lei 123/2006, que diz que a restrição de documentos refere-se a “**comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**”, fica claro que o solicitado no recurso interposto pela empresa *CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME* não encontra amparo legal para sua solicitação, haja visto que o **documento faltante refere-se a qualificação econômico-financeira**, corroborados com o solicitado no item 4.1.1.1.13.4.4 do edital.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer “opinando pelo indeferimento do recurso apresentado”, conforme parecer em anexo.

DA DECISÃO:

Tendo em vista a falta do documento solicitado no item 4.1.1.1.13.4.4 do edital, bem como;

Tendo em vista que recurso interposto pela empresa *CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME* não encontra amparo legal para atendimento;

Essa Comissão, e em conjunto com o entendimento do Parecer da Procuradoria Geral do Município, opina em indeferir o recurso apresentado pela empresa **CONCRET RESULT ENGENHARIA PROJETOS E SOLUÇÕES EM CONTROLE DE CONCRETO LTDA ME**, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito para deliberação. Após que seja dado ciência desta decisão a Requerente, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 26 de dezembro de 2022

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Presidente da CPL

REGIS SILVEIRA DA SILVA
Membro

PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA
Membro

EVERTON FERREIRA MACHADO
Membro

LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS
Membro